



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 766

00152

1. ETIQUETA

2. data  
06.02.2017

3. proposição  
**MEDIDA PROVISÓRIA nº 766, de 2017**

4. autor  
**DEPUTADO HUGO LEAL**

5. n.º do prontuário  
**306**

1. ☐ Supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☒ modificativa

4. ☐ aditiva

5. ☐ Substitutivo global

7. página

8. artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**Altera a redação do caput do art. 2º e suprime o art. 3º, da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.**

1 - O caput do art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º O sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º desta Lei mediante a opção por uma das seguintes modalidades:**

.....”

2 - Fica suprimido o art. 3º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.

**“Art. 3º (Suprimido)”**

**JUSTIFICAÇÃO**

É de se louvar a iniciativa de se instituir no Brasil, nesse momento de crise econômica e política, um Programa de Regularização Tributária.

Contudo, para que o objetivo seja plenamente atingido, tanto no que se refere ao aumento da arrecadação tributária, como no equacionamento das dívidas dos contribuintes, os valores acumulados a título de prejuízo fiscal/base negativa devem ser utilizados para quitação não só dos débitos na Receita Federal, mas também aqueles inscritos na Dívida Ativa da União (PGFN).



CD/17663.33337-11

Caso contrário, diante da ausência de redução de multa e juros, não haverá benefício algum para inclusão no PRT dos débitos inscritos na Dívida Ativa da União, o que culminará na frustração na arrecadação da União Federal, atualmente prevista em 10 (dez) bilhões de reais.

Ademais, fato é que não há justificativa razoável para que a circunstância de o crédito tributário estar ou não inscrito em Dívida Ativa da União seja utilizada como fator de discrimen para o estabelecimento de condições mais ou menos vantajosas para a sua quitação.

Portanto, a presente Emenda objetiva permitir que os contribuintes utilizem os valores acumulados de prejuízo fiscal/base negativa para quitação dos débitos inscritos na Dívida Ativa da União.

Por estas razões, fica justificada a presente proposição.

PARLAMENTAR

**Deputado Federal HUGO LEAL**  
**PSB/RJ**



CD/17663.33337-11